



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA UMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM DE LIXO DO MUNICÍPIO DE JABOTICABAL – SP.

Área Temática: Teoria e Prática de Economia Solidária

Priscila K. Shiogiri¹, Ana P. L. Brancaloni², Ana C. G. Borges³

¹Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP – prikaory@gmail.com

²Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP – anapaula1977@hotmail.com

³Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP - agiannini@fcav.unesp.br

Resumo

O presente trabalho estuda a Economia Solidária, mais especificamente seus princípios para uma Associação de Reciclagem de lixo do município de Jaboticabal – SP. A Associação de Reciclagem surgiu em 2001 e hoje conta, em média, com 20 membros. Esta associação trabalha com a Economia Solidária, devendo, portanto, seguir os seus princípios, que são: ação econômica, autogestão, solidariedade e cooperação. Assim, o estudo engloba os princípios e como os associados compreendem e interiorizam estes, ou seja, objetiva-se compreender como se dá a aplicabilidade destes nas ações do cotidiano dentro da associação, bem como os entraves para o empoderamento. Para tal, utilizou-se a metodologia participativa, dentro dos pressupostos da pesquisa-ação. Identificou-se que os princípios de economia solidária estão, em parte, presentes nos documentos legais da associação, bem como em algumas ações. No entanto, não se observa um empoderamento efetivo, pois o grupo apresenta grande rotatividade de seus membros, que apresenta histórico de vida e trabalho marcado pelos princípios norteadores do modo de produção capitalista.

Palavras chaves: Associação de Reciclagem; Economia Solidária; Princípios.

1. Introdução

Na década de 90 observa-se, no Brasil, nos primeiros anos um agravamento da crise econômica e a implementação do ideário neoliberal, fatos que resultaram em forte crescimento do desemprego, onde os trabalhos regulares foram substituídos por cargos em condições precárias, diminuição do Estado nas ações referentes às necessidades sociais, bem como o enfraquecimento da capacidade de luta dos sindicatos. A diminuição do trabalho formal pode ser constatada através dos dados do IBGE, os quais indicam que do total de pessoas ocupadas, os assalariados regulares apresentaram uma redução de 8,6% (ANTUNES, 2005; SINGER, 2003).

Neste cenário, observa-se a criação de empreendimentos solidários, os quais visam atribuir responsabilidades a sociedade que antes eram designadas ao Estado. Estes empreendimentos promovem a geração de trabalho e renda para aqueles que foram excluídos de trabalho formal (MAGRO; COUTINHO, 2007).



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

A Economia Solidária (ES) então assume papel fundamental para aqueles que foram excluídos de trabalho formal, vindo a ser uma alternativa de geração de trabalho e renda. Também, é uma alternativa relevante para o trabalhador, que muitas vezes desempenha sua função de maneira alienada e não tomando para si os meios de produção. Como a ES tem como princípio a autogestão e a apropriação dos meios de produção e de seus produtos pelos trabalhadores, esta economia torna o trabalho mais humanizado e provido de sentido para quem o realiza. Segundo ANTEAG (2005, p. 21), “A formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador.”

Gaiger (2004) ressalta como é importante para o sujeito enquanto trabalhador realizar uma atividade que contenha sentido e que não seja desumanizado, pois a existência do sujeito enquanto trabalhador é “[...] incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana.” (GAIGER, 2004, p. 372).

Assim, faz-se necessário realizar uma diferenciação plausível do conceito de ES, enquanto forma de produção, detalhando enfoques e características relevantes para essa distinção. Essa distinção será apresentada também por um exemplo de uma Associação de Reciclagem.

O objetivo do trabalho é analisar como os associados da Associação de Reciclagem do município de Jaboticabal compreendem e internalizam os princípios da ES. Para isso, objetiva-se também enumerar os princípios que envolvem a ES, bem como seus respectivos significados.

Para a realização dessa pesquisa utilizou-se as metodologias participativas, dentro dos pressupostos da pesquisa-ação, que têm os próprios sujeitos como o centro das ações, e a participação dos pesquisadores e dos participantes envolvidos na situação em questão é feita de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2004). Foram encontros semanais com o grupo ao longo de quase um ano, nos quais eram desenvolvidas discussões, atividades e dinâmicas.

O processo de coleta de dados, no trabalho com o grupo, considerou que o conhecimento é resultado da vida em sociedade, dependente da relação entre diferentes sujeitos, com diferentes experiências e saberes. Essa forma de trabalhar permite, segundo Campos (2001), conhecer a cultura local, bem como a construção de novas redes de experiência. A elaboração deste estudo se deu com embasamento teórico sobre economia solidária e seus empreendimentos e conceitos definidores, utilização de textos dos autores Antunes (1999), Singer (2008), Castanheira e Pereira (2008), entre outros. Além disso, utilizou-se dos dados da pesquisa ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL (MTE, 2006) para contextualizar a importância e o crescimento dos empreendimentos de economia solidária no país.

Primeiramente, faz-se breve apresentação dos diferentes modos de produção, destacando as diferenças com a economia solidária. Depois se discute as características dos empreendimentos de economia solidárias, analisando o caso de uma associação de reciclagem de lixo do município de Jaboticabal. Para a análise da associação se faz necessária, primeiramente, a análise do ambiente em que se dá a atuação do grupo. Após, partindo das características principais da ES (cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade) e



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

assumindo que os empreendimentos de ES devem ser baseados em tais princípios, é apresentado a percepção, por parte dos associados quanto a esses princípios e como os associados compreendem e internalizam tais princípios.

2. Breve apresentação dos modos de produção

No Brasil existem diversos modos de produção, sendo estes o capitalista; produção simples; produção sem fins lucrativos e produção por trabalhadores associados (SINGER, 2003).

O modo de produção capitalista tem como característica a propriedade privada dos meios de produção e o pagamento pelo trabalho oferecido, bem como a clara divisão entre trabalhadores e proprietários e o objetivo de maximizar o lucro (SINGER, 2003). Segundo Antunes (1998), este modo de produção se sustentou através de um processo que superexplora o trabalho, estabelece prolongadas horas de trabalho e que exige dos trabalhadores muita intensidade na atividade que realiza.

O modo de produção simples é composto por empreendimentos familiares e individuais, tendo como objetivo maior a remuneração aos donos do capital e que esta seja proporcional ao capital investido no empreendimento (SINGER, 2003).

Na produção sem fins lucrativos os assalariados dos estabelecimentos prestam serviços sem a finalidade do lucro, como pode ser observados em hospitais, escolas, organizações de segurança, etc. (SINGER, 2003).

Outro modo de produção é aquele formado por trabalhadores associados, que possuem os meios de produção e o capital que utilizam. Neste modo, destaca-se a economia solidária como princípio norteador, onde os trabalhadores associados gerem as empresas solidárias, participando de todas as reuniões e dando o seu voto para deliberação. Desta maneira autogestionária, o objetivo deste modo de produção é a geração de trabalho e renda para todos os associados. Diferentemente do modo capitalista de produção, este adota um sistema de divisão de trabalho e repartição da renda, visando a não concentração nos proprietários (SINGER, 2003).

2.1 Economia Solidária

Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), a ES pode ser descrita como um conjunto de atividades econômicas que são organizadas e realizadas por trabalhadores, seguindo quatro principais características: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade (MTE, 2006).

A cooperação baseia-se nos interesses e objetivos comuns dos trabalhadores, na divisão dos resultados, na responsabilidade solidária perante as decisões que envolvem os assuntos de interesse de todos (MTE, 2006) e na igualdade de direitos e da posse dos meios de produção (SINGER, 2008). O princípio de autogestão se torna efetivo quando todos que participam do empreendimento em questão estão envolvidos na definição de estratégias e assuntos do cotidiano, ao tomar decisões que afetam o processo de trabalho e ao dirigir ações que se referem ao grupo. A ação econômica diz respeito aos esforços, conhecimentos e recursos que são utilizados na viabilização das atividades relacionadas ao empreendimento. E a



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

solidariedade engloba a justa participação nos resultados e na permanente preocupação com alternativas que melhorem a condição de vida dos que estão no meio (MTE, 2006).

Os membros de cooperativas e associações que se fundamentam neste tipo de economia se reúnem sempre que é preciso deliberar sobre algo, podendo cada membro ter ou não cargos específicos, como presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, conselho fiscal, etc. Porém este tipo de divisão de cargos é mais comum, segundo Singer (2008), em grandes cooperativas, nas quais a decisão pode ser tomada pelas pessoas responsáveis por cada cargo, sempre pensando no coletivo que fazem parte.

É importante esclarecer que a ES não pode ser considerada como uma política compensatória, como saída para a falta de emprego e renda para os trabalhadores e tampouco restringir esta economia a um setor à parte (o terceiro setor). A ES define uma nova concepção das esferas econômica e social, na medida em que esta é vista como um processo de transformação social, pois se baseia em conceitos como solidariedade e autogestão, e assim consegue interferir nas dimensões sociais, políticas e culturais (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008).

Um ponto importante que se pode tirar dos fundamentos da ES é que a alienação presente no modo capitalista de produção não deve ser encontrada nessa nova forma de organizar o trabalho, pois todos os membros possuem o conhecimento do todo, como das ações da diretoria, se assim é dividida. Além disso, os membros podem votar em que julgarem o melhor para o coletivo, tomam para si os meios de produção e de todo o processo produtivo, onde cada trabalhador deve saber a importância de cada etapa de produção.

O fato de o trabalhador não ficar alheio à produção se deve ao fato do trabalhador se conceber no e pelo trabalho. Não sendo alheio o trabalho para quem o realiza, ele tem função maior que prover renda e trabalho, pois, como afirma Martins e Aranha (2003, p. 25), “Ao mesmo tempo que transforma a natureza, adaptando-se às necessidades humanas, o trabalho altera o próprio indivíduo, desenvolvendo suas faculdades.”

Assim, como o trabalhador se transforma enquanto sujeito realizador daquele trabalho e participante do processo econômico e produtivo, ele se torna ao mesmo tempo sócio, dono e trabalhador, controlador e controlado da sua produção e da sua vida, não vendendo mais a sua força de trabalho como mercadoria.

2.1.1 Empreendimentos em Economia Solidária (EES)

Considerando os princípios em que é pautada a ES, se tem a possibilidade de gerar empreendimentos solidários, os quais podem ser estabelecidos como organizações que realizam atividades de troca de produtos e serviços, produção, comercialização ou organização para a comercialização, prestação de serviços, poupança, crédito ou finanças e consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (MTE, 2006).

Ainda segundo o MTE (2006), identificam-se os motivos que levaram a criação de EES que são: alternativa ao desemprego, complemento de renda dos sócios, obtenção de maiores ganhos, possibilidade de gestão coletiva da atividade e condição para acesso ao crédito.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Os EES estão presentes em todas as regiões do Brasil, totalizando 21.859 empreendimentos em 2.933 municípios, sendo distribuídos entre as regiões da seguinte forma: Nordeste – 43,5%, Sudeste – 18%, Sul – 16,5%, Norte – 12% e Centro-Oeste – 10% (MTE, 2006).

Como se baseiam na ES, os empreendimentos possuem princípios pautados na solidariedade, geração de trabalho e renda, coletividade, autogestão e participação de todos (SINGER, 2008). Esses empreendimentos, como citado por Singer (2008), podem ser empresas que falham ou entram em crise, e assim os trabalhadores se organizam para assumirem coletivamente a empresa, podendo se transformar em associação, cooperativa ou clubes de troca.

Para trabalhar num empreendimento de economia solidária, já que este se baseia em princípios às vezes contrários ao capitalismo, o sujeito tem que se reeducar e aprender a pensar de maneira diferente. E quando o indivíduo, uma vez inserido neste tipo de empreendimento, dificilmente consegue se desligar do modo de produção, querendo continuar mesmo que o empreendimento vá mal (SINGER, 2008), assumindo a autogestão.

Quando um grupo de assessores ou consultores, externo ao empreendimento passa a tomar as decisões e assumir as deliberações no lugar do antigo grupo que coordenava tal negócio, não é considerado mais autogestão (VERARDO, 2005).

A autogestão tem como base o princípio da coletividade, na qual os trabalhadores se baseiam para a tomada de decisões. Neste tipo de gestão, os trabalhadores têm acesso a todas as informações referentes aos processos dentro do empreendimento e possuem o poder de decisão sobre os mesmos. A autogestão significa, segundo Verardo (2005, p. 123), “[...] antes de tudo, autodeterminação e autonomia do coletivo dos trabalhadores diretamente envolvidos no trabalho.”

Na autogestão tem-se a participação de todos os membros do empreendimento a ser gerido. Este sistema só é viável a partir do momento em que todos os membros possuem os meios de produção e conhecimento sobre todos os processos, sendo de produção ou de direção. Os indivíduos se tornam alheios aos produtos e meios de produção quando simplesmente submetidos a ordens, sem que estas os façam pensar, discutir e participar das deliberações. Quando se tem o princípio da autogestão esta alienação apresentada é extinta e os trabalhadores passam por uma emancipação enquanto indivíduo e enquanto grupo.

Quando um indivíduo é inserido neste tipo de gestão, este assume responsabilidades dentro do empreendimento, adquirindo o domínio sobre as condições de trabalho e muitas vezes, esse domínio não fica restrito ao ambiente de trabalho, podendo interferir na vida social do sujeito. Então não é apenas participar de um poder dentro do empreendimento, mas de adquirir um poder (MOTTA *apud* MARTINS, 1997).

3. Compreensão dos princípios de economia solidária para a Associação de Reciclagem

O trabalho vem sendo desenvolvido numa associação de reciclagem de lixo do município de Jaboticabal. A associação é formada por 20 membros que estão divididos em diferentes atividades produtivas – triagem, triturar galhos, transporte do material, fazer fardos, entre outras - e estatutárias - Presidente, Tesoureiro, Secretário, Conselho Fiscal e respectivos suplentes –, que são cumulativas. Como Singer (2008) afirma, os membros de associações



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

podem ter cargos específicos para facilitar a deliberação sobre algum determinado assunto. Na associação em questão os associados se reúnem para discutir temas relevantes para o grupo, bem como para realizar as votações necessárias indicadas no estatuto. Os associados que possuem funções estatutárias ao realizar suas atividades devem seguir o que foi decidido na coletividade

Este grupo existe desde o ano de 2001, sendo que já tiveram diferentes denominações e condições de trabalho, pois já foram cooperados, empregados temporários da Prefeitura Municipal e, atualmente, associados. Os motivos para a escolha de associação, que se efetiva, em 2006, como forma de organização, se deram por experiências mal sucedidas anteriores (ilegalidade da Cooperativa, primeira forma de organização), pela dificuldade de se manter constante o número de pessoas e por ter baixa incidência tributária. Ao optar pela organização de trabalho em associação, eles passam efetivamente a se estruturar com os princípios da Economia Solidária, que podem ser encontrados em seu estatuto, regimento e em algumas ações. No entanto, ao se observar as atividades diárias também se identificam as dificuldades para o empoderamento desses princípios, como apresentado nos subitens a seguir.

3.1 Ação econômica

Como a ação econômica do empreendimento diz respeito aos esforços, conhecimentos e recursos que são utilizados na viabilização das atividades (MTE, 2006), a Associação tem definido em seu regimento que, nos primeiros dias do associado, este deve conhecer a forma de organização gerencial e produtiva da associação, como meio de integrá-lo. No entanto, essa prática vem se perdendo, o que afeta o funcionamento adequado da Associação, pois seus associados não têm a compreensão da importância de todas as atividades, principalmente aquelas que são consideradas mais fáceis, por exigirem menos esforço físico, e as que não são relacionadas à produção, como as funções estatutárias e de limpeza do local de trabalho.

O grupo entende que todos devem trabalhar coletivamente para produzir, vender e conseguir assim a sua remuneração mensal e que a interrupção dessa atividade para realizar qualquer outra é vista como algo prejudicial ao coletivo, pois pode reduzir a receita. No entanto, mesmo com essa dificuldade de compreensão da relevância de determinadas atividades, a sobra (receita) é dividida igualmente entre todos, partindo do princípio da solidariedade. Porém outras dificuldades podem ser apontadas em relação ao esforço individual para a obtenção de resultados econômicos.

Segundo depoimentos dos associados, alguns destes assumem comportamento não adequado na hora de trabalho, pois param repetidamente para fumar ou conversar ao celular, enquanto outros membros estão na produção. Isto causa crítica por parte daqueles que dizem não sair do seu posto até dar o horário de descanso. Além disso, os associados destacam que alguns apresentam alto absenteísmo, o que traz conflitos internos em relação a igual distribuição dos resultados.

3.2 Solidariedade

Um empreendimento pautado na economia solidária exige que os membros tenham um comportamento mais solidário, não competitivo e predatório. Como Castanheira e Pereira (2008) afirmam, pode ser difícil ter tal comportamento, pois a sociedade está acostumada a



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

reservar a solidariedade para familiares, companheiros, amigos, enfim, pessoas com as quais se estabelece uma relação mais íntima de afetividade. Portanto, tal princípio se torna complicado de se efetivar até por característica talvez intrínseca da sociedade. Observa-se, na associação que tal comportamento já está estabelecido por alguns e se desenvolvendo por outros, como no testemunho de um dos membros: “A gente é que nem família: briga, briga e depois fica tudo bem.”

A solidariedade entre os membros da associação também pode ser verificada pelos cuidados que se tem com aqueles que ficam doentes ou que por algum motivo grave não pode estar presente. Mas a solidariedade é entendida de modo diferente entre os diversos membros. Alguns associados possuem este princípio mais internalizado que outros, fato que pode ser observado na maneira como se dá a compreensão das faltas por motivos pessoais ou das interrupções na hora da produção. De modo geral, percebe-se maior compreensão das pessoas que já estão há mais tempo na associação, pois para que interiorizar um princípio de qualquer natureza, demanda-se um tempo particular de cada pessoa.

3.3 Cooperação

A cooperação baseia-se nos interesses e objetivos comuns dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito a decisões que envolvem os assuntos de interesse de todos (MTE, 2006).

Para decidir algo de natureza coletiva, os associados procuram conversar entre eles, geralmente fazendo reunião com todos. Nestas reuniões são tratados assuntos como entrada de um novo membro, saída de um associado por motivo específico, compra de determinado equipamento, entre outros.

Porém, o princípio de coletividade ainda precisa ser trabalhado, pois alguns associados não percebem a necessidade de uma decisão em conjunto, pensando que é melhor uma decisão totalmente vertical, vinda de uma única pessoa. Isso demonstra a internalização dos princípios do modo de produção capitalista em detrimento dos de Economia Solidária, em parte justificado pelo maior tempo de vivência seguindo aqueles princípios. Na verdade, essa situação explicita a forma como se deu a história de vida e trabalho desses associados e, também, a capacidade daquele modo de produção em submetê-los mesmo quando não inseridos naquela forma de organização.

3.4 Autogestão

O princípio de autogestão é percebido em um grupo quando este define estratégias e toma decisões do e para o todo (MTE, 2006).

Ao discutir o princípio de autogestão com o grupo, primeiro propôs-se apresentar a definição de gestão e o que foi percebido é que o coletivo destaca gestão como algo associado exclusivamente a produção. Os associados entendem que gestão é organizar a produção, ou seja, definir onde cada associado deve ficar na produção, se na esteira, na baía, no galho, entre outras. Não consideravam parte da gestão organizar as atividades relativas as funções estatutárias, nem as reuniões semanais para as decisões entre o grupo ou para a prestação de contas, bem como as atividades desempenhadas pelo conselho fiscal.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Essas atividades puramente relacionadas com a gestão do negócio são esquecidas e não são tidas como parte importante para a manutenção das ações que sustentam e geram os resultados econômicos. Parte dos associados afirma que “Não é justo eu ficar na esteira em pé e no calor, enquanto outro está sentado e com ventilador para ficar fazendo conta. Porque no final do mês este que ficou sentado vai receber o mesmo tanto que eu.”

Já, o conceito de autogestão foi definido pelo próprio grupo, como ação coletiva de tomar decisão, fazendo reuniões para discussão e trabalhando igualmente. Porém, apesar de tais ações fazerem parte de um contexto maior de coletividade, percebe-se que as mesmas não são efetivamente realizadas. As decisões são tomadas por apenas 3 pessoas do grupo e reuniões são raramente convocadas, segundo associados. Tal fato pode ser explicado, em parte, pela diferença de alfabetização e conhecimento entre eles, o que pode ser considerado como uma barreira para participação do processo de deliberação. Porém, para essa afirmativa faz-se necessária uma análise da realidade na qual cada associado está inserido, que é um contexto mais amplo que só o analisado neste trabalho.

Pode-se afirmar que há uma compreensão do que é autogestão entre os associados, o que não significa o empoderamento desse princípio. A interiorização da autogestão se torna mais complicada pelo fato de as pessoas que trabalham atualmente na associação, antes trabalhavam sob outra forma de gestão, na qual não havia a decisão em conjunto, solidariedade, foco no sujeito e cooperação. Assim, faz-se necessário quebrar o costume de simplesmente seguir metas e objetivos que muitas vezes não são estabelecidos pelo indivíduo e que não é significante para os sujeitos. Os associados precisam não só compreender, mas internalizar que o coletivo define regras que devem ser seguidas, as metas que devem ser cumpridas, pois ninguém melhor que os próprios sujeitos, no processo de organização do trabalho, para identificar as dificuldades, as formas de superá-las e qual caminho tomar.

Uma característica da relação do associado com o trabalho e a participação na Associação é de temporariedade, resultando assim em alta rotatividade. Muitos dos sujeitos que entram não vêem a Associação como seu local de geração de trabalho e renda permanente ou como o local de tornar melhor a sua condição de vida, mas sim como se fosse algo transitório e que, portanto, é tratada como algo desvinculada de sua vida social. Entendem que é um trabalho temporário até conseguir uma “coisa melhor”. Esse sentimento dificulta a construção de uma cultura enraizada nos princípios da economia solidária, o que impossibilita a efetiva reprodução em todos os sentidos dentro da associação, como pode ser evidenciado na fala de um dos associados: “Prefiro ter patrão, pois cada um dependendo da consciência de cada um não dá certo.” Essa fala destaca o não empoderamento do princípio de autogestão, bem como da dificuldade de sustentação desse empreendimento nos preceitos da economia solidária.

4. Considerações Finais

Os empreendimentos de economia solidária somente terão um funcionamento adequado e saudável se os seus membros interiorizarem os princípios de economia solidária. Então, para que estes empreendimentos se tornem sustentáveis é necessário que todos os membros tomem para si os meios de produção e o conhecimento sobre todos os processos, ou seja, se responsabilizem dentro deste empreendimento. Empreendimento que interfere não só na vida



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

do sujeito, enquanto membro de um empreendimento em economia solidária, mas também enquanto um indivíduo que possui uma vida social sobre a qual pode ter um ganho maior.

Dentro da associação analisada se encontram barreiras ao processo de interiorização dos princípios. Principalmente pelo fato, das pessoas envolvidas neste empreendimento estarem acostumadas com a forma de organização segundo o modo de produção capitalista, no qual não participavam de maneira integral e, às vezes, nem parcial dos processos envolvidos na execução do trabalho. A alta rotatividade das pessoas que entram na associação também é um entrave para que se construa uma cultura própria, na qual os conceitos estejam bem estruturados e interiorizados.

É fato que, nesses empreendimentos, o desenvolvimento, a consolidação e a adesão destes princípios nos processos de trabalho e organização são vitais, bem como a participação ativa dos associados. No entanto, na associação objeto observa-se que o empoderamento não se efetivou, o que dificulta a sua sustentabilidade.

5. Referências Bibliográficas

- ANTEAG. *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. Vols. 2. São Paulo: ANTEAG, 2005
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- CAMPOS, R.H.. *Psicologia comunitária, cultura e consciência*. In: CAMPOS. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes Editora, 2001.
- CASTANHEIRA, M. E. M., PEREIRA, J.R. "Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da Autogestão." *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.4, pp. 703-711
- MAGRO, M.L.P. DaI, COUTINHA, M.C., "Os Sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em Empreendimentos Solidários." *Psicol.estud.* vol.13 no.4 Maringá Oct./Dec. 2008
- MARTINS, M. H. P; ARANHA, M. L. A. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 2.ed. São Paulo, 2002.
- MELLO, S.L., organizadora. *Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da economia solidária no Brasil*, 2005. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>>. Acesso em: 08 jun. 2011
- SINGER, P. *As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária*. Revista Proposta, n97, junho/agosto 2003.
- SINGER, P. Estudos avançados. "Entrevista com Paul Singer" *Economia Solidária*. Revista de Estudos avançados. São Paulo, IEA/USP, 22 (62), p. 289-314, 2008
- THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, investigação e Enquête Operária*. 13. ed. São Paulo: Cortez. 2004.
- VERARDO. L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. (Org.). *Economia Solidária e Autogestão – Encontros Internacionais*. São Paulo: PW Gráficos e Editores. 2005.